

O divórcio visto das ruas e das igrejas

O Congresso Nacional começa a examinar, esta semana, a partir do dia 15, um assunto que esteve em sua pauta desde a primeira legislatura que se seguiu à redemocratização do país em fins de 1945: a emenda divorcista, ainda patrocinada pelo Senador Nelson Carneiro (MDB, Rio de Janeiro), mas agora com o apoio do Senador Acióli Filho (Arena, Paraná) e do Deputado Rubem Dourado (MDB, Rio de Janeiro). O otimismo de Carneiro é tão intenso que ele, no início da semana, não temia as manifestações organizadas contra a sua emenda em todo o país: no Rio Grande do Sul, trinta mil pessoas transformaram a procissão de Corpus Christi numa passeata contra o divórcio, o que foi assim comentado por Dom Vicente Scherer, o vigilante cardeal-arcebispo de Porto Alegre: "A Igreja não está fazendo demonstração de força, nem manifestação negativa de protesto. Afirmamos os valores e os princípios essenciais da constituição da família." Scherer fez depois uma declaração inesperada: "Seria preferível para o Brasil ter perdido a guerra do Paraguai a introduzir agora o divórcio." O cardeal

justificou seu ponto de vista afirmando que se restauram os prejuízos das guerras perdidas, "mas as devastações do divórcio não têm recuperação". O cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, também se somou à campanha antidivorcista, dizendo num programa de televisão: "Insistir na indissolubilidade do casamento em alguns casos pode ser duro, mas constitui uma tábua de salvação para a elevação moral de uma população." Sales lembrou que no Rio de Janeiro, como em Porto Alegre e São Paulo, a procissão do Corpo de Deus representara uma tomada de posição contra o divórcio.

Colorido. A alegria de Dom Eugênio Sales não foi completa porque em sua Arquidiocese — o Rio de Janeiro — as manifestações em favor do divórcio se multiplicaram, com as ruas da capital fluminense readquirindo um colorido e uma vibração cívica perdidos há vários anos. Estenderam-se faixas nas principais avenidas da cidade e armaram-se barraquinhas para a coleta de assinaturas em favor da Emenda Carneiro-Acióli, enquanto uma caravana de seis ônibus partia

para Brasília com o objetivo de estimular os parlamentares divorcistas. Em Petrópolis a algumas dezenas de quilômetros do Rio de Janeiro, a campanha antidivorcista recebeu, entretanto, um forte apoio com a divulgação de um manifesto em que, numa tomada de posição inédita, duas mil crianças condenavam a dissolubilidade do casamento sob determinadas condições. Em São Paulo, não foram as crianças, mas as donas-de-casa católicas que assinaram um documento no mesmo sentido e endereçado ao Congresso Nacional.

Excomunhão. Se no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília as manifestações de rua transcorreram em clima de normalidade, o mesmo não ocorreu no Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, o Deputado Aloísio Paragassu e a Vereadora Jussara Gauto ambos do MDB foram interpellados e convocados a dar explicações ao secretário de Segurança Pública, Coronel Rubem Moreira Jardim, quando realizavam uma campanha de assinaturas em frente à sede da Prefeitura. Em Bagé, no interior do estado, o Padre Pedro Wastowski, com uma

eloquência bastante conhecida em toda a região colonial gaúcha, valeu-se da imagem do diabo e da ameaça de excomunhão no sermão dominical aos seus paroquianos. "O brasileiro que for a favor do divórcio é um Silvério dos Reis, um traidor, porque a estabilidade da pátria é a estabilidade da família", disse Wastowski, que encerrou sua prédica com um argumento que lhe pareceu definitivo: "Mesmo na Rússia, um divorciado não pode ser membro do Partido Comunista, pois lá eles chegaram à conclusão de que uma família comunista, mas estável, sem possibilidade de dissolução, é mais eficiente para formar bons comunistas. Sem chegar ao extremo de apelar para o exemplo soviético, D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, reiterou o veto da Igreja ao divórcio, completando o ciclo de pronunciamentos, que não chegaram, contudo, a abalar os divorcistas em Brasília, que esperam alcançar tranquilamente o quorum constitucional. (Marina Wodtke/Porto Alegre, Gumercindo Pedrosa Filho/Rio de Janeiro, e Mário Antônio Garófalo/Brasília)



Fotos C. J. C. J.

Em Porto Alegre a polícia interveio em certo momento contra a coleta de assinaturas pelo divórcio, mas no resto do país a campanha não sofreu restrições.